

Plínio Barreto, um juiz eleitoral para ser lembrado



Desde a instituição do governo provisório, por Getúlio Vargas, em 1930, o clima político no maior estado do país era instável. O Partido Democrático (PD), que integrou a Aliança Liberal e participou do movimento revolucionário, reivindicava a interventoria de São Paulo. Ainda em outubro de 1930, quando se dirigia à Capital Federal, Getúlio Vargas organizou um governo provisório em nosso Estado, formado exclusivamente por civis e paulistas.

Plínio Barreto (1882-1958), escritor, jornalista e jurista de São Paulo, ocupou o governo do Estado de 06 a 25 de novembro de 1930, substituindo José Maria Whitaker. Apesar de constitucionista, Plínio era leal ao governo central, o que permitiu que fosse alçado a tal posição.

João Alberto era delegado revolucionário, tendo controle sobre as forças militares estaduais. Osvaldo Aranha, ministro do governo provisório, querendo que João Alberto fosse indicado interventor, empenhou-se durante todo o mês de novembro para que isso acontecesse, o que ocorreu no dia 25.

A nomeação de João Alberto, associada a outros fatores como a saída de Vicente Rao da chefia de polícia, marcou a deterioração das relações do PD com o interventor, culminando em seu pedido de exoneração no mês de julho de 1931. Vargas, Aranha e o próprio interventor demissionário decidiram pela indicação de Plínio Barreto para ocupar a interventoria, com o objetivo de atrair o apoio do PD. Plínio recusa e sugere a indicação do juiz Laudo de Camargo para o cargo de interventor.

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo foi instalado em 25 de maio de 1932 e Plínio Barreto ocupa a vaga da classe jurista. Por sua história, Plínio não poderia ficar alheio ao que acontecia em seu Estado. Já em 1916 ele fundou, com Júlio de Mesquita a Revista do Brasil, com o objetivo de pregar o nacionalismo. Em 1925, ele articulou, juntamente com Monteiro Lobato (1882-1948) a Liga do Voto Secreto, um tipo de organização que começa a surgir em virtude das dissidências políticas do início do século XX em São Paulo.

Em 1932, temos a 5ª Sessão do Tribunal em 07 de julho. A próxima (6ª Sessão) somente aconteceria em 13 de outubro. Na 8ª Sessão, em 25 de outubro, o juiz e procurador do TRE, Antonio Bruno Barbosa, apresenta requerimento ao então presidente do Tribunal, Affonso José de Carvalho, no sentido de "fazer cessar esse constrangimento ilegal, dada a inviolabilidade de quem vem gosar (sic) os órgãos da Justiça Eleitoral". Referia-se à detenção de Plínio Barreto, no Rio de Janeiro, por seu envolvimento com a Revolução Constitucionalista.

Assim, somente em 03 de dezembro de 1932, o juiz Plínio Barreto volta ao TRE-SP, na 19ª Sessão.

Lutemberg de Souza Silva